

PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO
BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO INTERMEDIÁRIO - EM 30.6.2011
Em milhares de Reais

fl. 1

A T I V O					P A S S I V O				
	Notas	30.6.2011	31.12.2010	1.1.2010		Notas	30.6.2011	31.12.2010	1.1.2010
ATIVO		303.923	273.898	370.561	PASSIVO		134.009	142.508	187.563
Disponibilidades		3	1	1	Coberturas a Pagar		34.911	41.821	72.447
Compromisso de Revenda	5	303.920	273.897	370.477	Precatórios a Pagar		4.794	4.763	4.651
Créditos a Receber		-	-	83	Provisões	6	92.261	91.441	105.469
					Outros		2.043	4.483	4.996
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.914	131.390	182.998
					Resultados Acumulados		169.914	131.390	182.998
TOTAL		303.923	273.898	370.561	TOTAL		303.923	273.898	370.561

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

	Notas	1º SEM/2011	1º SEM/2010
Receitas de Contribuições	7	78.002	59.862
Despesas de Benefícios	8	(47.797)	(201.017)
Remuneração dos Agentes		(528)	(2.086)
(=) Resultado de Operações		29.677	(143.241)
Receitas de Juros		15.967	11.581
Despesas de Juros		(2.027)	(3.779)
(=) Resultado Líquido com Juros	9	13.940	7.802
Provisões Líquidas		(836)	(9.071)
Outras Receitas	2		11
Outras Despesas		(4.259)	(3.231)
RESULTADO NO PERÍODO		38.524	(147.730)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	131.390	131.390
Resultado no 1º semestre de 2011	38.524	38.524
Saldo em 30 de junho de 2011	169.914	169.914
Saldo em 31 de dezembro de 2009	182.998	182.998
Resultado no 1º semestre de 2010	(147.730)	(147.730)
Saldo em 30 de junho de 2010	35.268	35.268

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO

fl. 2

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

1º SEM/2011

1º SEM/2010

Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais**2****-**

(Aplicação) resgate de operações compromissadas

(15.728)

176.716

Recebimento de créditos a receber

79.665

60.613

Pagamento de cobertura de sinistros

(55.503)

(225.689)

Pagamento de serviços de comprovação de perdas

(1.468)

(5.947)

Pagamento de remuneração ao agente

(627)

(2.462)

Adicional a devolver

(2.079)

-

Pagamento de taxa de administração ao Bacen

(4.259)

(3.231)

Outros (pagamentos) recebimentos

1

-

Fluxo de Caixa Líquido**2****-****Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa****2****-**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

1**1**

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

3**1**

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

1 - O PROAGRO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e regulamentado pelo Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro tem por objetivos:

- a) exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações;
- b) indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas decorrentes dos eventos acima citados.

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador desse programa, em nome do qual realiza todas as operações, em razão de o Proagro não possuir personalidade jurídica, sendo a Gerência-Executiva de Regulação, Fiscalização e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro – Gerop responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen.

O Proagro está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Atualmente, o Proagro é regido pelas disposições contidas no Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a redação dada pelo art. 25 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009.

Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias foram aprovadas em 3 de novembro de 2011 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

Desde 1992, por força do Voto BCB 861/1992, de 16 de dezembro de 1992, o Proagro deve adotar os mesmos padrões contábeis aplicáveis ao Bacen, os quais são estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme previsto na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. No ano de 2002 o CMN determinou que as demonstrações financeiras do Bacen fossem elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, processo esse concluído em 2007 com a publicação do primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras do Bacen em conformidade com as IFRS.

Para o Proagro, a adoção das IFRS encontra-se em processo de implementação. No entanto, não é possível, neste momento, mensurar e apresentar os efeitos contábeis que poderiam advir sobre o conjunto das demonstrações financeiras do Programa, tendo as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias referentes ao semestre em curso sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis detalhadas na nota 3.

As Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias não incluem todas as informações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, observados os ajustes retrospectivos conforme nota 4.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Proagro, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado do Proagro é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido.

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do

conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

O Proagro adota a política contábil de apresentar a DRA segregada da DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido que requeiram a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas de contribuições e as despesas de benefícios são reconhecidas no momento da ocorrência de seu fato gerador, assim entendido o momento em que os agentes do Programa efetuam o registro das operações.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa efetiva de juros, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos ou prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração de Resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros do Proagro não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que o Proagro se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.3.2 Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações expiram, ou são quitadas ou canceladas.

3.3.3 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento financeiro derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa efetiva de juros, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa efetiva de juros, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.3.4 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir nova metodologia ou aprimoramento.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, acrescido dos juros contratuais utilizando-se a taxa efetiva de juros, e descontados os valores de eventuais amortizações e de reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Coberturas a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Precatórios a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

3.3.5 Provisão para perda de ativos financeiros

O Proagro efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências objetivas de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou dos juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;

e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é dado pela diferença apurada entre o valor do ativo na data da sua avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais. Nesses casos, o valor do ativo é ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e as metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada registrada no patrimônio líquido deve ser reconhecida na demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão será reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4. Provisões para pagamentos de passivos

O Proagro reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.5. Ajustes de períodos anteriores

Na ocorrência de omissões e/ou incorreções materiais nas demonstrações financeiras de um ou mais períodos anteriores, o Proagro efetua o ajuste retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras autorizadas para emissão após a descoberta da omissão e/ou incorreção:

- a) por reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido a omissão e/ou incorreção; ou
- b) se a omissão e/ou incorreção ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado, por reapresentação dos saldos iniciais dos ativos, passivos e patrimônio líquido para o período anterior mais antigo apresentado.

3.6. Imunidade Tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Proagro possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre o seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.7. Demonstração de fluxo de caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - AJUSTES CONTÁBEIS RETROSPECTIVOS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 continuam ressalva dos auditores independentes em razão de valores não reconhecidos na contabilidade do Proagro. Ao longo do 1º semestre de 2011 foram realizados esforços no sentido de solucionar as pendências apontadas pela auditoria independente em seu parecer, resultando nos seguintes ajustes:

- a) despesas referentes a decisões adotadas pela Comissão Especial de Recursos – CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen (nota 6.2): o valor da provisão

foi calculado considerando-se o valor apurado na data do julgamento pelo agente do Proagro, atualizado pelos encargos contratuais, perfazendo um total de R\$36.693 em 30 de junho de 2011;

- b) devolução de receitas de adicional (contribuição do participante) recolhido em duplicidade: os processos foram objeto de análise visando verificar se de fato ocorreu o recolhimento em duplicidade e, em caso afirmativo, se o ressarcimento do valor já havia sido efetuado ao agente. Dessa forma, apurou-se um total de R\$2.030 a ser devolvido, dos quais restam R\$922 a pagar; e
- c) despesas referentes a processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras), quanto ao pedido de cobertura, foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso administrativo à CER (nota 6.3): o valor da provisão foi calculado considerando-se os índices históricos de deferimento, totalizando R\$2.508 em 30 de junho de 2011.

Em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis a ajustes de períodos anteriores (nota 3), tais provisões foram registradas em contrapartida a resultados acumulados, tendo sido reconhecida no resultado do período apenas a parcela referente à sua atualização no 1º semestre de 2011.

Adicionalmente, foram identificadas situações nas quais depósitos judiciais e provisões para ações judiciais não haviam sido baixados na contabilidade, embora os pagamentos a eles relacionados já tivessem sido efetuados aos favorecidos em razão de decisão judicial desfavorável ao Proagro.

Com o objetivo de refletir a contabilização dos ajustes mencionados acima nas demonstrações financeiras do Proagro, foram efetuados ajustes nos valores comparativos de 2010. Os quadros a seguir apresentam os valores originalmente publicados e os ajustes efetuados.

4.1. Balanço Patrimonial

Em 1.1.2010

	Saldo de 1.1.2010	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 1.1.2010
Ativo			
Depósitos Judiciais	2.299	(2.299)	-
Passivo			
Provisões	83.019	22.450	105.469
Outros	2.966	2.030	4.996
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	209.777	(26.779)	182.998

Em 31.12.2010

	Saldo de 31.12.2010	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 31.12.2010
Ativo			
Depósitos Judiciais	2.317	(2.317)	-
Passivo			
Provisões	62.830	28.611	91.441
Outros	2.453	2.030	4.483
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	164.348	(32.958)	131.390

4.2. Demonstração do Resultado

	Resultado do 1º sem/2010	Ajuste contábil	Resultado do 1º sem/2010 ajustado
Provisões Líquidas	(1.419)	(7.652)	(9.071)
Resultado no Período	(140.078)	(7.652)	(147.730)

4.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Saldo de 30.6.2010	Ajuste contábil	Saldo ajustado de 30.6.2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	209.777	(26.779)	182.998
Resultado do 1º semestre de 2010	(140.078)	(7.652)	(147.730)
Saldo em 30 de junho de 2010	69.699	(34.431)	35.268

5 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa do Proagro. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	30.6.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	303.920	273.897
Garantias	305.578	275.354

A variação observada no período é decorrente dos juros incorporados no 1º semestre de 2011 (nota 9) e do fato de o recebimento de contribuições ter sido superior aos pagamentos efetuados no período.

6 - PROVISÕES

	30.6.2011	31.12.2010
Ações judiciais	53.060	52.922
Coberturas deferidas pela CER e pendentes de execução	36.693	34.922
Valores de coberturas passíveis de deferimento pela CER	2.508	3.597
Total	92.261	91.441

6.1. Provisões para ações judiciais

Referem-se a ações judiciais decorrentes da contestação das decisões tomadas no âmbito do Proagro sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais, cuja avaliação, a cargo da área jurídica do Bacen, leva em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%.

6.2. Provisões para valores a pagar relativos a coberturas deferidas pela CER e pendentes de execução pelo Bacen

Referem-se a provisões constituídas em face de despesas à conta do Proagro relativas a decisões adotadas pela CER, que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen, cabendo a este, na qualidade de administrador do Proagro, a execução dessas decisões ou, nos casos em que julgar conveniente, a impetração de ação judicial com o objetivo de desconstituí-las.

O valor das provisões é calculado considerando-se o valor apurado na data do julgamento pelo agente do Proagro, atualizado pelos encargos contratuais.

6.3. Provisões para valores de coberturas passíveis de deferimento pela CER

Referem-se a provisões constituídas em face de despesas relativas a processos cujas decisões dos agentes do Proagro (instituições financeiras) quanto ao pedido de cobertura foram contestadas pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso administrativo à CER. O valor das provisões é calculado considerando-se os índices históricos de deferimento.

Em 30 de junho de 2011, o estoque de recursos que se encontrava pendente de julgamento pela CER era de 770 (1.651 em 31 de dezembro de 2010).

7 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Referem-se à contribuição dos participantes, denominada "adicional do Proagro" (prêmio), correspondente a percentual do valor amparado pelo Proagro, ou seja, da parte financiada e dos recursos próprios do produtor, sendo que a alíquota varia conforme o tipo de lavoura/cultura.

A variação verificada no período decorre do aumento do valor médio das operações enquadradas, bem como do incremento na quantidade de adesões (149.416 no 1º semestre de 2011 e 129.338 no 1º semestre de 2010).

8 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS

Referem-se, principalmente, ao pagamento de cobertura das operações vinculadas ao "Proagro Mais", segmento do programa destinado a atender aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A variação dessas despesas no 1º semestre de 2011 em relação a igual período de 2010 tem como fundamento principal a redução da quantidade de coberturas deferidas (7.095 no 1º semestre de 2011 e 20.064 no 1º semestre de 2010), haja vista a ocorrência de situações climáticas mais favoráveis.

9 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

	1º sem/2011	1º sem/2010
Receitas de Juros	15.967	11.581
Compromisso de Revenda	14.297	11.197
Outras	1.670	384
Despesas de Juros	(2.027)	(3.779)
Coberturas	(1.958)	(3.554)
Outras	(69)	(225)
Resultado Líquido com Juros	13.940	7.802

A variação do resultado líquido com juros é decorrente, principalmente, do aumento da taxa Selic no período, associado à redução do saldo médio de coberturas a pagar no 1º semestre de 2011, comparativamente ao 1º semestre de 2010.

10 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

Tendo em vista suas características e a legislação específica (nota 1), o Proagro investe seus recursos em operações compromissadas com títulos públicos federais, não lhe sendo permitido contrair empréstimos. Além disso, conforme determinado pelo Decreto nº 175, de 1991, sempre que as disponibilidades do Proagro não forem suficientes para cobrir os benefícios por ele amparados, o Governo Federal efetua repasses visando garantir o equilíbrio econômico do programa. Assim, não existe política de mitigação de risco na administração de seus ativos e passivos.

10.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

Não existe política de mitigação do risco de crédito, uma vez que seus ativos têm como contraparte o próprio Bacen ou o Governo Federal.

10.2. Risco de Mercado

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

10.2.1 Risco de Taxa de Juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição do Proagro às variações de fluxo financeiro, uma vez que ele não possui operações pré-fixadas.

	30.6.2011		31.12.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pós-fixado	303.920	39.705	273.897	46.584
Sem juros	3	-	1	-
Total	303.923	39.705	273.898	46.584

Cabe destacar que os ativos remunerados com taxas pós-fixadas são reprecificados em até um mês, sendo corrigidos, por exemplo, pela taxa Selic ou pela Taxa Referencial – TR.

Estima-se que um aumento de 1% na taxa de juros aumentaria o resultado do 1º semestre de 2011 em R\$127 (R\$75 no 1º semestre de 2010).

10.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, quando este não pode absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

Não há política de mitigação de riscos de liquidez em função da liquidez diária da maior parte dos ativos e dado que o equilíbrio econômico do programa é garantido por repasses do Governo Federal.

11 - PARTES RELACIONADAS

As seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas do Proagro:

11.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é o administrador do Proagro, realizando todas as operações em seu nome uma vez que o programa não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração do Proagro por meio de cobrança de uma taxa de administração, que no 1º semestre de 2011 foi de R\$4.259 (R\$3.231 no 1º semestre de 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades do Proagro.

11.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com o Proagro, é considerada como parte relacionada por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada do programa, nesse caso, o Bacen.

11.3. Governo Federal

O Governo Federal foi classificado como parte relacionada do Proagro porque é o responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro do programa e pela fixação das diretrizes de política agrícola que podem nortear a fixação da alíquota de adicional.

Não obstante constar do Orçamento Geral da União para o exercício de 2011 a verba de R\$307.937 destinada ao Proagro, até 30 de junho de 2011 não houve nenhuma liberação de recursos pelo Tesouro Nacional.

Deoclécio Pereira de Souza
Gerente-Executivo da Gerência-Executiva
de Regulação, Fiscalização e Controle das
Operações do Crédito Rural e do Proagro

Eduardo de Lima Rocha
Chefe do Departamento de
Contabilidade e Execução Financeira
Contador - CRC-DF 12.005/0-9



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Ao
Administrador do
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro
(Administrado pelo Banco Central do Brasil - Bacen)
Brasília - DF

Introdução

Efetuamos uma revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (“Proagro” ou “Programa”), que compreendem o balanço patrimonial sintético intermediário em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data. A Administração do Proagro é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias, de acordo com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa nº 3. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos a nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis detalhadas na Nota Explicativa nº 3.



Ênfase sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações, as quais não foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as IFRS, devendo, portanto, serem lidas nesse contexto.

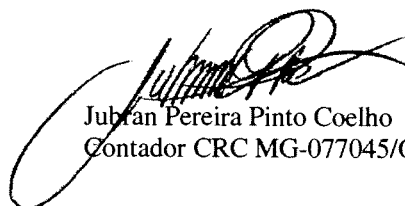
Outros assuntos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, foram efetuados ajustes contábeis imputáveis a exercícios anteriores, os quais foram refletidos nas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias de forma retrospectiva. Os referidos ajustes foram registrados nos livros contábeis do Programa em 30 de junho de 2011, diretamente no patrimônio líquido, e culminaram na reapresentação dos balanços patrimoniais sintéticos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (1º de janeiro de 2010) e das demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010. Dessa forma, essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias reapresentadas diferem daquelas anteriormente aprovadas pelo Administrador do Proagro.

Os relatórios de auditoria das demonstrações financeiras do Proagro relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como o relatório de revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias do Programa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010, datados de 29 de março de 2011, 25 de março de 2010 e 24 de março de 2011, respectivamente, continham ressalvas decorrentes da ausência de registro contábil das seguintes situações: (a) despesas não contabilizadas referentes a decisões adotadas pela Comissão Especial de Recursos (CER), que foram questionadas e preliminarmente não acatadas pelo Bacen; (b) receitas de adicional a devolver (contribuição do participante), e (c) despesas referentes aos processos cujas decisões dos agentes do Proagro quanto ao pedido de cobertura foram contestados pelos beneficiários, por meio de interposição de recurso à CER. Em decorrência dos ajustes contábeis efetuados e das respectivas reapresentações das demonstrações financeiras, conforme parágrafo anterior, os assuntos anteriormente reportados em nossos relatórios de auditoria e de revisão foram regularizados.

Brasília, 3 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Julbran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 30.6.2011
Em milhares de Reais

A T I V O				P A S S I V O			
	Notas	30.6.2011	31.12.2010		Notas	30.6.2011	31.12.2010
ATIVO		1.139.752	1.109.947	PASSIVO		480	172
Disponibilidades		20	11	Credores Diversos		480	172
Depósitos a Prazo em Moedas Estrangeiras		8.573	8.426	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.139.272	1.109.775
Compromisso de Revenda	4	1.129.179	1.100.340	Resultados Acumulados		1.139.272	1.109.775
Títulos Públicos Federais		743	882				
Créditos com o Governo Federal		282	288				
Créditos a Receber		2	-				
Outros		953	-				
TOTAL		1.139.752	1.109.947	TOTAL		1.139.752	1.109.947

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

	Notas	1º SEM/2011	1º SEM/2010
Despesas com Projetos	5	(28.188)	(38.408)
Receitas de Juros	6	57.378	43.951
Ganhos (Perdas) com Moedas Estrangeiras		140	-
Outras Receitas		961	-
Outras Despesas	8.1	(794)	(791)
RESULTADO NO PERÍODO	7	29.497	4.752

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEM. DE 2011
Em milhares de Reais

	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.109.775	1.109.775
Resultado no 1º semestre de 2011	29.497	29.497
Saldo em 30 de junho de 2011	1.139.272	1.139.272
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.089.330	1.089.330
Resultado no 1º semestre de 2010	4.752	4.752
Saldo em 30 de junho de 2010	1.094.082	1.094.082

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

RESERVA PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL - REDI-BC
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011
Em milhares de Reais

fl. 2

	1º SEM/2011	1º SEM/2010
<u>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</u>	<u>9</u>	<u>(6)</u>
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	28.473	37.870
(Aplicação) resgate de operações com títulos	182	164
(Pagamentos) recebimentos do Governo Federal	29	26
Pagamento de taxa de administração do Bacen	(794)	(791)
Pagamento de despesas de projetos	(27.881)	(37.275)
<u>Fluxo de Caixa Líquido</u>	<u>9</u>	<u>(6)</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	9	(6)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11	16
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	20	10

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

1 - A REDI-BC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Ao ser regulamentada pela Resolução CMN nº 3.074, de 24 de abril de 2003, e pelo Voto BCB nº 234, de 20 de agosto de 2003, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central – Redi-BC incorporou o patrimônio da extinta Reserva para a Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque – Recheque e tem o seu objetivo definido na forma do art. 1º do Regulamento anexo à Portaria nº 37.687, de 18 de dezembro de 2006, conforme a seguir:

“Art. 1º Os recursos da Redi-BC destinam-se ao custeio da execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das estratégias definidas no âmbito do planejamento estratégico.”

O Banco Central do Brasil – Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Redi-BC não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão do Banco Central – Depog responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Redi-BC está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

A Redi-BC está sujeita à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às demais normas que regulam os atos de administração pública.

Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias foram aprovadas em 30 de setembro de 2011 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias da Redi-BC em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e seguem o disposto na Norma Internacional de Contabilidade – IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias. Assim, não incluem todas as divulgações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010.

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases, conforme a seguir:
 - Fase 1: classificação e mensuração;
 - Fase 2: *impairment*; e
 - Fase 3: contabilidade de *hedge*.
- b) dessas fases, apenas a primeira foi parcialmente concluída, estando prevista pelo *IASB* a efetiva conclusão das três fases para o 2º semestre de 2011; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Redi-BC.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Redi-BC, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Redi-BC, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 7). No contexto do objetivo da Redi-BC, os desembolsos com projetos são contabilizados como despesas.

A IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras prevê, a partir de janeiro de 2009, a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA do período. O objetivo da DRA é evidenciar o lucro econômico de uma entidade, demonstrando os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

A Redi-BC adotou a política contábil de apresentar a DRA segregada da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE em suas demonstrações financeiras. No entanto, considerando a inexistência de itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido no 1º semestre de 2011, que requeressem a sua divulgação na DRA, essas demonstrações financeiras não contemplam o referido demonstrativo.

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas

3.2.1 Despesas com projetos

As despesas da Redi-BC com projetos são reconhecidas no momento em que é realizada a conformidade ao recebimento do material ou à prestação do serviço. Os bens móveis adquiridos em projetos da Redi-BC são registrados em conta patrimonial, sendo reconhecida a despesa do projeto quando da doação ao Bacen.

3.2.2 Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração de Resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Redi-BC não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Operações em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen, tendo como base a média das taxas efetivas de transação no mercado interbancário, ponderada pelo volume de transações. As transações fechadas em taxas que mais se distanciam da média do mercado (*outliers*) e as transações evidenciando formação artificial de preço ou contrária às práticas regulares do mercado são excluídas dos cálculos.

Em 30 de junho de 2011 as operações em moeda estrangeira eram representadas por cartas de crédito em euro, cuja cotação utilizada na data de fechamento do balanço foi 2,2661 (2,2273 em 31 de dezembro de 2010).

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Redi-BC se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.4.2 Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.4.3 Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido.

3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Disponibilidades	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Depósitos a Prazo em Moedas Estrangeiras	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	Mantidos até o Vencimento	Custo Amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado

Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação
Credores Diversos	Outros Passivos	Custo Amortizado

O valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas do seu custo amortizado, tendo em vista tratar-se de operações à vista ou de curto prazo, à exceção dos Créditos com o Governo Federal, os quais, entretanto, não apresentam saldo relevante.

3.4.6 Provisão para perda de ativos financeiros

A Redi-BC efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.5. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Redi-BC possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.6. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Redi-BC. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	30.6.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	1.129.179	1.100.340
Garantias	1.139.982	1.108.239

5 - DESPESAS COM PROJETOS

Os projetos conduzidos com recursos da Redi-BC estão classificados de acordo com a etapa em que se encontram:

- Projetos em elaboração – são aqueles que já se encontram aprovados pela Diretoria Colegiada e estão em fase de detalhamento das ações que irão compor o plano do projeto;
- Projetos em execução – projetos que iniciaram efetivamente a realização das ações previstas no plano do projeto;
- Projetos concluídos – todas as etapas previstas foram realizadas, conforme apontado no plano do projeto, o relatório final foi elaborado e a reunião de encerramento efetuada, não havendo

mais desembolso de recursos, exceto daqueles referentes ao pagamento de ações realizadas dentro do prazo de execução das atividades, mas que ainda necessitam quitação;

- d) Projetos cancelados – que tiveram sua execução cancelada por solicitação da unidade interessada, pelo Depog ou pelo coordenador do Comitê de Projetos Corporativos – CPC nos casos previstos no Regulamento. Todas as propostas de cancelamento devem ser encaminhadas à consideração da Diretoria Colegiada.

Os quadros a seguir apresentam um detalhamento do comportamento dessas despesas, tomando-se por base a etapa em que os projetos se encontram em 30 de junho de 2011:

5.1. Despesas com projetos – agregado

Projetos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	1º sem/2011	até 30.6.2011
Em Elaboração	21.947	-	4	4
Em Execução	494.415	116.546	27.770	144.316
Concluídos	71.003	62.842	414	63.256
Cancelados	1.152	-	-	-
Total	588.517	179.388	28.188	207.576

5.2. Projetos em elaboração

Projetos em Elaboração	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	1º sem/2011	até 30.6.2011
- Alinhamento do perfil de liderança no Bacen	4.834	-	-	-
- Digitalização de documentos dos arquivos do Banco Central do Brasil	12.101	-	4	4
- Gestão da Cultura e do Clima Organizacional	1.548	-	-	-
- Normas de Segurança	25	-	-	-
- Programa de Segurança Institucional	61	-	-	-
- Projeto de Proficiência em Línguas Estrangeiras - Nível Estratégico	2.223	-	-	-
- Reclassificação do acervo de arte do Banco Central do Brasil	1.153	-	-	-
- Sistema Legal Coercitivo Punitivo - SLC	2	-	-	-
Total - Projetos em Elaboração	21.947	-	4	4

Sobre os projetos em elaboração, cabe ressaltar que o coordenador do CPC pode autorizar, excepcionalmente, desembolso de recursos para a finalização do plano do projeto, se para tanto for necessária a realização de despesas com viagens das equipes.

5.3. Projetos em Execução

Projetos em Execução	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	1º sem/2011	até 30.6.2011
- Aperfeiçoamento da execução da política cambial	316	96	27	123
- Aperfeiçoamento do Monitoramento das Operações das Reservas Internacionais	381	25	3	28
- Aprimoramento da Gestão de Segurança	4.011	-	-	-
- Aprimoramento da Inteligência	122	-	-	-
- Aprimoramento do Arcabouço Regulatório do Crédito Imobiliário	689	508	3	511
- Aprimoramento do Marco Regulatório do Mercado de Câmbio e de Capitais Internacionais	350	82	39	121
- Avaliação da carteira ótima do Banco Central nas operações de mercado aberto	158	26	26	52
- Consolidação e Elevação do Grau de Maturidade em Gerenciamento de Projetos do Bacen	2.828	-	4	4

- Construção de indicadores de estabilidade financeira	467	339	42	381
- Desenvolvimento de Solução Integrada para Abordagem de Gestão de Ativos com Base em Gerenciamento de Riscos	440	35	41	76
- Diagnóstico do Funcionamento da Gerência de Custódia, Liquidação e Linha de Crédito nas Operações com Títulos	453	55	1	56
- Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos	7.931	6.596	186	6.782
- Encontro de Bancos Centrais sobre Comunicação	88	-	37	37
- Equipamentos de Segurança	6.104	3.009	389	3.398
- Estudo de Modelos de Taxas de Juros, Inseridos em Ambientes Macroeconômicos, Utilizando Argumentos de Não Arbitragem e Equilíbrio	205	26	35	61
- Fatores financeiros em modelos macroeconômicos e políticas fiscal e monetária	594	-	-	-
- Gepad - Atualização	479	317	9	326
- Gestão Estratégica de Serviços Jurídicos Corporativos - Ações Prospectiva e Executiva	1.900	365	92	457
- Gestão Estratégica do Bacen	12.000	7.559	1.019	8.578
- Harmonização de estatísticas macroeconômicas no âmbito do Mercosul	417	132	31	163
- Implementação de Basiléia II - Fases 2,3 e 4	10.991	1.654	515	2.169
- Leis de Bancos Centrais	92	58	-	58
- Livro comemorativo dos 10 anos de implantação do regime de metas para inflação no Brasil	200	-	96	96
- Mensuração e Regulação de Risco em Períodos de Crise	222	8	13	21
- Modelos de Projeção	738	202	39	241
- Modelos de Projeção e Sistema para Simulação do Mercado de Crédito Brasileiro	2.370	4	1	5
- Modernização da destruição de numerário no Bacen	13.177	226	134	360
- Modernização da Infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central	225.438	20.845	12.367	33.212
- Modernização do Sistema Câmbio	4.197	207	337	544
- Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen	13.403	2.450	1.910	4.360
- Modernização do STR: redução de riscos e aumento da eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central	25.296	18.347	86	18.433
- Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro	779	443	74	517
- Novos Sistemas para Gestão de Riscos e Monitoramento do STR	1.024	-	1	1
- Operacionalização do Empréstimo de Última Instância pelo Banco Central	343	101	-	101
- PDTI 2009/2001: Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil	19.273	12.697	1.411	14.108
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil	5.782	2.587	44	2.631
- PDTI 2009/2011: Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão de Tecnologia da Informação	3.830	2.272	111	2.383
- PDTI 2009/2011: Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, <i>notebooks</i> , aplicativos)	12.000	6.047	1.343	7.390
- PDTI 2009/2011: Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil	8.350	2.491	123	2.614
- PDTI 2009/2011: Atualização das soluções de <i>hardware</i>	32.384	8.888	1.089	9.977
- PDTI 2009/2011: Atualização do ambiente de desenvolvimento de soluções de TI	4.059	681	-	681
- PDTI 2009/2011: Atualização e monitoramento das soluções de <i>software</i>	790	550	-	550
- PDTI 2009/2011: Capacitação dos servidores do Banco Central nas novas tecnologias	1.600	413	95	508
- PDTI 2009/2011: Consolidação do ambiente de inteligência de negócios para o Banco Central do Brasil	1.208	896	-	896
- PDTI 2009/2011: Estruturação e divulgação de carteira de soluções de TI para a organização	1.000	98	-	98
- PDTI 2009/2011: Migração do legado para a plataforma distribuída	2.900	881	681	1.562
- PDTI 2009/2011: Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central	5.412	641	742	1.383
- PDTI 2009/2011: Implementação de Tecnologia ECM e BPM	8.300	4.704	1.083	5.787
- Pós-graduação - Especializações e Mestrados profissionais	1.824	984	301	1.285
- Projeto Convergência - Redução de Assimetrias	574	86	30	116
- Projeto Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo	1.205	91	11	102
- Recuperação de créditos do Bacen inscritos em dívida ativa ou em depósitos judiciais (precatórios e ações rescisórias)	5.227	1.901	662	2.563
- Redução de riscos do CCR	1.534	1.226	116	1.342
- Responsabilidade Soicoambiental do Sistema	430	-	-	-
- Saneamento do Universo Fiscalizável pelo Banco Central do Brasil	824	121	48	169
- Seminário do G-20 – Desafios da Política Econômico-Financeira para os países emergentes.	326	-	18	18
- Seminários de Metas e Economia Bancária	659	-	193	193
- Sistema de Acesso aos Processos Administrativos Punitivos	209	-	-	-
- Sistema de Cadastro e de Autorizações do Banco Central - Fase Diagnóstico e Modelagem	1.936	64	16	80
- Sistema de Controle de Acesso	10.858	30	-	30

- Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR - Funcionalidades essenciais pendentes	3.049	580	157	737
- Sistema Integrado de Gerenciamento da Ação de Supervisão	770	79	18	97
- Sistema Integrado de Gerenciamento de Riscos Operacionais e Continuidade de Negócios	228	60	14	74
- Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros	6.615	112	125	237
- Sistemática de Trabalho Integrado	554	-	-	-
- Sondagem de Tendências do Setor de Serviços no Brasil	2.941	916	270	1.186
- Sondagem do Setor de Comércio	411	-	257	257
- Sondagem do Setor de Construção Civil	352	-	124	124
- Sondagem sobre Formação de Preços	768	-	55	55
- Transporte Seguro de Numerário	397	-	-	-
- Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen	7.210	2.470	1.037	3.507
- V Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária	312	265	1	266
- Vigilância	9	-	3	3
- VII Reunião de Assessores de Política Monetária de Bancos Centrais	102	-	35	35
Total - Projetos em Execução	494.415	116.546	27.770	144.316

A não realização de despesas no exercício em alguns projetos nessa fase decorre do cancelamento de ações inicialmente previstas ou porque as ações praticadas nesse período não envolveram desembolso de recursos financeiros.

Em relação aos projetos em execução, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- a) “Elevação da Maturidade do Bacen em Gerenciamento de Projetos por Meio da Implementação dos Planos da Ação Produzidos” visa melhorar os processos de gerenciamento de projetos e a implantação de *software* específico;
- b) “Equipamentos de Segurança” visa modernizar os equipamentos do Bacen, para garantir a segurança das pessoas, do patrimônio, dos valores e das informações;
- c) “Gestão Estratégica do Bacen” visa: (i) aperfeiçoar o processo de planejamento da instituição; (ii) implantar modelo de gestão estratégica, com foco em resultados; (iii) mapear, documentar, analisar e redesenhar processos de trabalho do Bacen considerados prioritários, implantar método para atualização dos processos de trabalho e para monitoramento e análise dos indicadores de resultados dos processos; (iv) avaliar a estrutura organizacional atual do Bacen e indicar possíveis ajustes; e (v) capacitar servidores e manualizar toda a metodologia aplicada no Projeto;
- d) “Implementação de Basiléia II – Fases 2, 3 e 4” visa dar continuidade às ações iniciadas com os projetos estratégicos “Basiléia II – Fase 1” e “Basiléia II – Não-Bancário”, com o objetivo de implementar a nova estrutura de capital, de acordo com as recomendações do Acordo de Basiléia (Basiléia II), em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente, que envolve a mensuração e respectiva metodologia para cálculo da exigência de capital para cobertura do risco de crédito, do risco operacional e do risco de mercado;
- e) “Modernização da destruição de numerário no Bacen” visa melhoria da segurança e precisão na contagem de numerário, reduzindo seu custo operacional e elevando sua produtividade;
- f) “Modernização da infraestrutura dos edifícios funcionais do Banco Central” tem como objetivo a modernização e revitalização dos edifícios funcionais do Bacen, com vistas à melhoria da segurança e da qualidade de vida dos servidores e prestadores de serviços, bem como a sustentabilidade, como redução dos gastos de manutenção, melhoria da acessibilidade e da disponibilização das instalações que mantém em funcionamento o Sistema Financeiro Nacional;
- g) “Modernização do Sistema de Vigilância Eletrônica do Bacen” visa aumentar a segurança nas instalações do Bacen, possibilitando a integração de suas representações regionais com o monitoramento a partir de Brasília e futura integração aos sistemas de controle de acesso e outros periféricos;

- h) “Modernização do STR: redução de riscos e aumento de eficiência, com democratização do acesso à moeda de banco central” visa: (i) mitigar o risco de liquidações financeiras das operações realizadas no mercado interbancário, as quais incluem, entre outras, as operações de política monetária e política cambial; (ii) propiciar condições de melhor liquidez ao mercado de títulos públicos federais; (iii) ampliar a competição entre os prestadores de serviços de pagamentos; (iv) dar maior visibilidade ao Bacen sobre as instituições financeiras; e (v) evitar a concentração de pagamentos nas instituições bancárias que atuam como instituição de liquidação e a exposição ao risco de interrupção ou lentidão no processamento do Sistema de Pagamentos de Grande Valor (SPGV) do Brasil;
- i) Os projetos no âmbito do PDTI 2009/2011 são destinados ao aprimoramento da atuação do Bacen na área de tecnologia da informação, sendo os mais relevantes:
- “Atualização dos Serviços de Redes de Computadores do Banco Central do Brasil” visa atualizar a infraestrutura de rede, agregando novos serviços, provendo maior velocidade na transmissão de dados e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes;
 - “Aprimoramento do Sistema de Segurança em Tecnologia da Informação no Banco Central do Brasil” visa atualizar, adaptar e divulgar constantemente normas, procedimentos, controles e orientações referentes à segurança da informação, à tecnologia de proteção da rede e às soluções, ao controle de acesso, ao registro de ações praticadas, aos antivírus e outras, garantindo a segurança dos processos operacionais. Além disso, visa conscientizar e capacitar os usuários nas políticas e práticas de segurança em tecnologia da informação;
 - “Atualização da infraestrutura para automação de escritórios (micros, *notebooks*, aplicativos)” visa renovar os recursos tecnológicos destinados a atividade individual, atualizando-se também o *software* de base e os aplicativos;
 - “Atualização da Intranet, Internet e Extranet do Banco Central do Brasil”;
 - “Atualização das soluções de *hardware*” visa atualizar e consolidar a tecnologia de armazenamento de dados e de servidores de aplicação, por meio de aquisição de produtos e capacitação de servidores;
 - “Provimento de outras soluções de TI para as Unidades de negócio do Banco Central” visa prover as Unidades do Bacen de instrumentos adequados de Tecnologia da Informação que concorram para o cumprimento de suas missões institucionais;
 - “Implementação de Tecnologia ECM e BPM” visa dotar o Bacen de um conjunto de ferramentas e procedimentos para a automação e otimização de seus processos de negócio, com base em tecnologias apropriadas para modelagem, simulação, automatização e monitoramento de processos, integradas com tecnologias para captura, guarda, controle, tramitação e recuperação de documentos produzidos e recebidos;
- j) “Recuperação de créditos do Bacen inscritos em dívida ativa ou em depósitos judiciais (precatórios e ações rescisórias)” visa recuperar os créditos do Bacen em processo de execução fiscal e os depósitos judiciais decorrentes de precatórios e ações rescisórias;
- k) “Sistema de Controle de Acesso” visa a implantação de um novo sistema de controle de acessos nos edifícios do Bacen, para aumento da eficácia do sistema de segurança;
- l) “Sistema Integrado de Gestão de Registros Jurídicos e Controles Financeiros” visa desenvolver sistema integrado de gestão dos registros jurídico-financeiros da Procuradoria-Geral do Banco Central, relacionados às ações judiciais, à dívida ativa e aos precatórios do Bacen, aprimorando a organização e a estrutura de governança corporativa da Autarquia, pela transparência, eficiência e eficácia de seus instrumentos de controle financeiro interno;
- m) “Tratamento e disponibilização dos acervos histórico e numismático do Bacen” objetiva dar visibilidade aos acervos numismático e de documentos históricos sob guarda do Bacen e garantir sua preservação.

5.4. Projetos concluídos

Projetos Concluídos	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	1º sem/2011	até 30.6.2011
- II FX <i>Roundtable</i> - 2º Encontro de Bancos Centrais sobre Câmbio	44	-	16	16
- Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas	4.650	4.134	(2)	4.132
- Aperfeiçoamento da ação da auditoria interna do Bacen	2.549	111	-	111
- Avaliação (<i>Assessment</i>) do processos de supervisão do Sistema Financeiro Nacional realizado pelo BCB	440	241	-	241
- Diesp - Estudos sobre modelos estruturais dinâmicos de equilíbrio geral estocástico para avaliação de políticas	500	322	47	369
- Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do <i>Latin American Bond Fund - LABF</i>	400	298	(103)	195
- Gerenciamento do processo de produção de votos e recuperação instantânea de votos, atas e estudos correlatos	847	64	-	64
- Modernização da Educação a Distância no Bacen - Fase 1: Modelagem	559	76	181	257
- Pontos críticos da fase de instauração dos processos administrativos punitivos e das comunicações a outros órgãos	986	795	-	795
- Programa de revitalização e organização da tecnologia de informação	43.000	42.755	-	42.755
- Projeto Inclusão Financeira I - Diagnóstico e articulação	1.082	508	276	784
- Realinhamento da Cultura Organizacional e do Estilo Gerencial	4.724	4.490	(1)	4.489
- Recuperação de normativos com referências cruzadas	585	85	-	85
- SAR - Sistema de Administração das Reservas	10.637	8.963	-	8.963
Total - Projetos Concluídos	71.003	62.842	414	63.256

O crédito em 2011, relativo ao projeto “Financiamento de estudos de interesse do Banco Central relativos à implantação do *Latin American Bond Fund – LABF*”, refere-se a transferências de recursos ao Banco de Compensações Internacionais – BIS para pagamento de despesas com ações que visem o desenvolvimento do mercado de bônus soberanos da América Latina. Os créditos relativos aos projetos “Realinhamento da Cultura Organizacional e do Estilo Gerencial” e “Alinhamento concentrado de competência em domínio de idiomas”, referem-se a devoluções de despesas, as quais foram realizadas em exercício anterior.

Em relação aos projetos concluídos, a seguir são destacados alguns aspectos referentes aos projetos mais relevantes em termos de valores orçados:

- “Aperfeiçoamento da ação da auditoria interna do Bacen” tinha como objetivo aprimorar a ação de auditoria interna do Bacen. Dos produtos previstos no plano do projeto, somente a capacitação e manualização foram entregues. A ferramenta de TI para dar suporte às ações da auditoria interna do Bacen foi licitada, mas nenhuma das empresas participantes conseguiu atender os requisitos do edital. Como a maioria dos gastos previstos era direcionada à aquisição dessa ferramenta, os gastos realizados foram bem inferiores ao inicialmente estimado;
- “Programa de revitalização e organização da tecnologia de informação” aumentou a disponibilidade dos serviços, melhorou a capacidade de processamento e o desempenho do acesso às bases de dados, e também minimizou o tempo de resposta dos aplicativos, conferindo maior velocidade na transmissão de dados, e maior disponibilidade e confiabilidade para as redes locais e para a rede de longa distância;
- “SAR – Sistema de Administração das Reservas” possibilitou a atuação do Bacen no mercado financeiro internacional, obtendo melhoria na performance das aplicações das reservas internacionais, maior flexibilidade para implementação de estratégias de investimentos das reservas, redução do risco operacional mediante a automação de processos, e aperfeiçoamento dos mecanismos de captura e disseminação de informações de mercado.

5.5. Projetos cancelados

Projetos Cancelados	Orçamento Previsto	Realização		
		até 31.12.2010	1º sem/2011	até 30.6.2011
- Aperfeiçoamento do controle interno da contabilidade	1.152	-	-	-
Total - Projetos Cancelados	1.152	-	-	-

5.6. Projetos por tipo de despesa

O quadro a seguir apresenta os gastos dos projetos classificados de acordo com o tipo de despesa efetuada:

	1º sem/2011	1º sem/2010
Diárias e Passagens	1.375	3.645
Serviços Técnico Profissionais	2.480	2.038
Treinamento	595	922
Serviços de Consultoria	2.440	5.996
Equipamentos de Informática	1.880	4.055
Softwares e soluções de informática	4.898	13.009
Realização de Obras	11.707	3.945
Aquisição e Manutenção de Bens Móveis	1.759	3.657
Outras	1.054	1.141
Despesas Totais com Projetos	28.188	38.408

6 - RECEITAS DE JUROS

	1º sem/2011	1º sem/2010
Receitas de Juros	57.378	43.951
Operações Compromissadas	57.313	43.887
Outros	65	64
Total	57.378	43.951

A variação no período decorreu, basicamente, da elevação da taxa Selic no período, associada ao aumento do saldo médio de operações compromissadas no 1º semestre de 2011 em relação a igual período de 2010.

7 - RESULTADO DO PERÍODO

O resultado do 1º semestre de 2011 foi positivo em R\$29.497 (R\$4.752 no 1º semestre de 2010). A variação observada decorre do aumento da taxa Selic, que remunera as aplicações da Redi-BC (nota 6) e da redução dos gastos com projetos (nota 5.6).

8 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Redi-BC:

8.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Redi-BC não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Redi-BC por meio de cobrança de uma taxa de administração, que no 1º semestre de 2011 foi de R\$794 (R\$791 no 1º semestre de 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades da Redi-BC.

8.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Redi-BC, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Redi-BC, nesse caso, o Bacen.

9 - OUTRAS INFORMAÇÕES

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 7.706/2010, de 2 de dezembro de 2010, alterado pelo Acórdão 3.514/2011, de 31 de maio de 2011, determinou que o Bacen se abstenha de iniciar novos projetos com recursos da Redi-BC sem que suas despesas sejam executadas por meio do Orçamento Geral da União – OGU e que adote providências no intuito de adequar a execução das despesas com recursos da Redi-BC por meio do OGU.

Referida decisão foi objeto de recurso de reconsideração protocolado pelo Bacen junto ao TCU, o qual encontra-se em análise daquele Tribunal.

Adalberto Felinto da Cruz Júnior
Chefe do Departamento de Planejamento,
Orçamento e Gestão

Eduardo de Lima Rocha
Chefe do Departamento de Contabilidade
e Execução Financeira
Contador CRC-DF 12005/O-9



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Ao
Administrador da
Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

Introdução

Efetuamos uma revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central - Redi-BC, que compreendem o balanço patrimonial sintético intermediário em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data. A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias, de acordo com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos a nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Brasília, 30 de setembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jubran Pereira Pinto Coelho', written over a large, stylized circular flourish.

Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

RESERVA MONETÁRIA**BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO INTERMEDIÁRIO - EM 30.6.2011**

Em milhares de Reais

A T I V O				P A S S I V O			
	Notas	30.6.2011	31.12.2010		Notas	30.6.2011	31.12.2010
ATIVO		4.298.230	4.072.507	PASSIVO		5	2
Disponibilidades		7	6	Créditos a Pagar		5	2
Compromisso de Revenda	4	3.902.357	3.671.164	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.298.225	4.072.505
Créditos com o Governo Federal	5	369.829	374.730	Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio		(13.167)	(13.509)
Títulos Públicos Federais		26.037	26.607	Resultados Acumulados		4.311.392	4.086.014
TOTAL		4.298.230	4.072.507	TOTAL		4.298.230	4.072.507

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

	Notas	1º SEM/2011	1º SEM/2010
Receitas com Juros	6	225.239	160.221
Outras Receitas		709	-
Outras Despesas	8.1	(570)	(447)
RESULTADO NO PERÍODO	7.1	225.378	159.774

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

	Notas	1º SEM/2011	1º SEM/2010
RESULTADO NO PERÍODO	7.1	225.378	159.774
Ativo Disponível para Venda			
Ganhos (perdas) levadas ao Patrimônio Líquido		342	(445)
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	7.2	225.720	159.329

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PL	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(13.509)	4.086.014	4.072.505
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	342	-	342
Resultado no 1º semestre de 2011	-	225.378	225.378
Saldo em 30 de junho de 2011	(13.167)	4.311.392	4.298.225
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(14.269)	3.721.902	3.707.633
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	(445)	-	(445)
Resultado no 1º semestre de 2010	-	159.774	159.774
Saldo em 30 de junho de 2010	(14.714)	3.881.676	3.866.962

RESERVA MONETÁRIA

fl. 2

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA SINTÉTICA INTERMEDIÁRIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Em milhares de Reais

	1º SEM/2011	1º SEM/2010
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais	1	5
(Aplicação) resgate de operações compromissadas	(36.562)	(30.793)
Recebimento de crédito a receber	34.158	31.240
(Aplicação) resgate de títulos públicos federais	1.920	-
Recebimento de créditos inscritos em dívida ativa	1.052	-
Pagamento de taxa de administração ao Banco Central	(570)	(447)
Outros recebimentos (pagamentos)	3	5
Fluxo de Caixa Líquido	1	5
Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	8

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias)

1 - A RESERVA MONETÁRIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A Reserva Monetária foi criada pela Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, e tem por finalidade assegurar a normalidade dos mercados financeiros e de capitais, conforme o art. 12, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 1.342, de 28 de agosto de 1974, tendo como fonte de recursos a receita líquida do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF (art. 12 da Lei nº 5.143, de 1966).

Em decorrência da edição do Decreto-Lei nº 2.471, de 1º de setembro de 1988, que determinou a transferência da cobrança e administração do IOF para a Secretaria da Receita Federal, incorporando o tributo ao Tesouro da União, a Reserva Monetária deixou de receber novos ingressos originários da arrecadação daquele imposto. Não obstante isso, o Fundo não foi formalmente extinto e continuou a ser suprido com os valores recuperados pelo Banco Central do Brasil – Bacen referentes às aplicações feitas anteriormente no saneamento do mercado financeiro.

O Bacen é o administrador dessa Reserva, realizando todas as operações em seu nome em razão de a Reserva Monetária não possuir personalidade jurídica, sendo o Departamento de Liquidações Extrajudiciais – DeliQ responsável pela sua gestão. O Bacen é ressarcido dos custos incorridos por meio da cobrança de uma taxa de administração calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais mantido pelo Bacen.

A Reserva Monetária está sediada em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B, no edifício sede do Bacen.

Na forma do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Reserva Monetária somente poderá socorrer as instituições financeiras mediante a edição de lei específica.

Estas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias foram aprovadas em 30 de setembro de 2011 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias da Reserva Monetária em 30 de junho de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e seguem o disposto na Norma Internacional de Contabilidade – IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias. Assim, não incluem todas as informações exigidas para as demonstrações financeiras completas, devendo ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010.

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cuja aplicação será obrigatória a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a) a substituição da IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo *IASB* em três fases, conforme a seguir:
 - Fase 1: classificação e mensuração;
 - Fase 2: *impairment*; e
 - Fase 3: contabilidade de *hedge*.
- b) dessas fases, apenas a primeira foi parcialmente concluída, estando prevista pelo *IASB* a efetiva conclusão das três fases para o 2º semestre de 2011; e
- c) a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras da Reserva Monetária.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos da Reserva Monetária, não é possível efetuar uma previsão da data da adoção desse normativo e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pela Reserva Monetária, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado da Reserva Monetária é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e incorporado ao Patrimônio Líquido (nota 7).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração de Resultado incluem as receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros da Reserva Monetária não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Reserva Monetária se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

3.3.2 Baixa

Os ativos financeiros são baixados pela liquidação financeira, pela inexistência de perspectiva de realização ou pela perda do direito de realização.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

3.3.3 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor Justo a Resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, na ocorrência de uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o Vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os

juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e Recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para Venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento de sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.3.4 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor na data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo	Categoria	Metodologia de Avaliação / Referência
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - Créditos Cedidos à União	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - FCVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
Créditos com o Governo Federal - Fahbre	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal - Provenientes de Quotas do FND	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos Públicos Federais - CVS	Disponíveis para venda	Valor justo / Taxas referenciais da BM&FBovespa
Passivo	Categoria	Metodologia de Avaliação / Referência
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado

3.3.5 Provisão para perda de ativos financeiros

A Reserva Monetária efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera

receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão e o valor da perda reconhecido no resultado.

A avaliação é efetuada por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada registrada no patrimônio líquido deve ser reconhecida na demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, a Reserva Monetária possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigada a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.5. Demonstração de Fluxo de Caixa

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem apenas as disponibilidades.

4 - COMPROMISSO DE REVENDA

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura de títulos públicos federais. Nessas operações a contraparte é sempre o Bacen e, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias.

As garantias das operações compromissadas são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, que são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com o objetivo de proteger o credor dos recursos das variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o credor dos recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias, quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

Essas operações são remuneradas por 95,5% da taxa Selic e sua contratação considera o prazo de vencimento dos títulos recebidos em garantia, cabendo destacar, no entanto, a possibilidade de resgate antecipado de recursos para fazer frente às necessidades de caixa da Reserva Monetária. São constituídas sem cláusula de “livre movimentação”, ou seja, a venda definitiva dos títulos recebidos em garantia não é permitida durante a vigência da operação.

	30.6.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda sem livre movimentação	3.902.357	3.671.164
Garantias	3.932.823	3.693.369

A variação no saldo da rubrica compromisso de revenda deve-se à incorporação de juros (nota 6) e às novas aplicações no período.

5 - CRÉDITOS COM O GOVERNO FEDERAL

	30.6.2011			31.12.2010		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Prog. Refin. de Créd. Cedidos à União	330.950	-	330.950	337.202	-	337.202
FCVS	45.994	(7.433)	38.561	44.415	(7.340)	37.075
Fundo de Habit. de Baixa Renda - Fahbre	-	-	-	309	-	309
Quotas do FND	-	-	-	304	(160)	144
Créditos a receber provenientes de Quotas do FND	318	-	318	-	-	-
Total	377.262	(7.433)	369.829	382.230	(7.500)	374.730

- a) O Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União refere-se aos créditos decorrentes da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que determina a consolidação das dívidas dos governos estaduais nas diversas entidades do Governo Federal, sendo corrigidos pelo IGP-DI e juros de 6% ao ano e vencimento em 2014. Esse crédito está classificado na categoria Empréstimos e Recebíveis;
- b) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo constituído com o objetivo de garantir a cobertura dos saldos devedores residuais em contratos habitacionais, cuja responsabilidade pelo pagamento é do Tesouro Nacional. Esse pagamento será feito por meio da novação do crédito e consequente emissão de títulos da dívida pública federal denominados CVS. Tendo em vista as características do crédito e dos títulos a serem recebidos no processo de novação, esse crédito está classificado na categoria Disponíveis para Venda. O valor justo desses créditos baseia-se nas taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&F Bovespa para o prazo de vencimento dos contratos;
- c) Os créditos a receber provenientes de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND foram constituídos com base no art. 15 da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010, que estabeleceu a extinção do referido fundo, garantindo aos seus quotistas o ressarcimento de sua participação com base no valor patrimonial de cada quota, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Esses créditos estão classificados na categoria Empréstimos e Recebíveis.

A variação no saldo dos créditos com o Governo Federal deve-se, principalmente, aos valores recebidos no período relativos ao Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União.

6 - RECEITAS DE JUROS

	1º sem/2011	1º sem/2010
Receitas com Juros	225.239	160.221
Operações Compromissadas	194.631	135.102
Créditos com o Governo Federal	29.532	25.119
Títulos Públicos Federais	1.076	-
Total	225.239	160.221

A variação no período decorreu, basicamente, da elevação da taxa Selic no período, associada ao aumento do saldo médio de operações compromissadas no 1º semestre de 2011 em relação a igual período de 2010.

7 - RESULTADO

7.1. Resultado do período

O resultado do 1º semestre de 2011 foi positivo em R\$225.378 (R\$159.774 no 1º semestre de 2010) e decorreu substancialmente dos rendimentos obtidos nas operações compromissadas com títulos públicos federais.

7.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

8 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como partes relacionadas da Reserva Monetária:

8.1. Banco Central do Brasil

O Bacen é classificado como parte relacionada porque é seu gestor, realizando todas as operações em seu nome uma vez que a Reserva Monetária não possui personalidade jurídica.

O Bacen é ressarcido dos custos incorridos na administração da Reserva Monetária através da cobrança de uma taxa de administração, que no 1º semestre de 2011 foi de R\$570 (R\$447 no 1º semestre de 2010). Essa taxa é calculada pelo Sistema de Custos e Informações Gerenciais, mantido pelo Bacen, e baseia-se nas horas de trabalho consumidas em atividades da Reserva Monetária.

8.2. Centrus

A Fundação Banco Central de Previdência Privada – Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública dos funcionários do Bacen que se aposentaram até 31 de dezembro de 1990. A Centrus, apesar de não possuir nenhuma transação com a Reserva Monetária, é considerada como parte relacionada obrigatória pela IAS 24 por se tratar de um fundo de pensão mantido por uma parte relacionada da Reserva Monetária, nesse caso, o Bacen.

8.3. Governo Federal

O Governo Federal é classificado como parte relacionada porque pode ser considerado o seu controlador, uma vez que, originariamente, a Reserva Monetária foi constituída com recursos tributários (nota 1).

O quadro a seguir apresenta as principais transações no período:

	<u>1º sem/2011</u>	<u>2º sem/2010</u>
Programa de Refinanciamento de Créditos Cedidos à União		
Saldo Inicial	337.202	340.968
(+) juros	27.594	28.357
(-) recebimento	(33.846)	(32.123)
Saldo Final	330.950	337.202
FCVS		
Saldo Inicial	37.075	78.045
(+) juros	1.579	2.631
(-) recebimento	-	(50.975)
(+/-) ajuste a valor justo	(93)	7.374
Saldo Final	38.561	37.075
Títulos Públicos Federais		
Saldo Inicial	26.607	-
(+/-) emissão/resgate	(1.920)	32.264
(+) juros	1.076	352
(+/-) ajuste a valor justo	274	(6.009)
Saldo Final	26.037	26.607
Outros	318	453
Total	395.866	401.337

Dawilson Sacramento

Chefe do Departamento de
Liquidações Extrajudiciais

Eduardo de Lima Rocha

Chefe do Departamento de
Contabilidade e Execução Financeira
Contador CRC-DF 12.005/O-9



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias

Ao
Administrador da
Reserva Monetária
(Administrada pelo Banco Central do Brasil)
Brasília - DF

Introdução

Efetuamos uma revisão das demonstrações financeiras sintéticas intermediárias da Reserva Monetária, que compreendem o balanço patrimonial sintético intermediário em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações sintéticas intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data. A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias, de acordo com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras sintéticas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos a nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

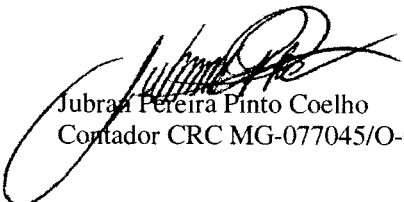


Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras sintéticas intermediárias acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Brasília, 30 de setembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF